



ACÓRDÃO Nº1958/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11851/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Antônio Nelson de Oliveira Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Caio Coelho Redig - OAB/AM 14400, Iuri Albuquerque Gonçalves OAB/AM 13487.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD, DICAMB.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6424/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta do Município de Manaus. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS (U.G: 280101), referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Antônio Nelson de Oliveira Junior**, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Antônio Nelson de Oliveira Junior**, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do RITCE/AM, evite reincidir na ocorrência, em futuras prestações de



ACÓRDÃO Nº1958/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

contas, da ausência de cobertura financeira para quitação de suas obrigações financeiras, em cumprimento ao Princípio do Equilíbrio das Contas Públicas, expresso no §1º do artigo 1º da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.

10.4. Recomendar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, em futuras prestações de contas, atender aos questionamentos requisitados pela DICAMB:

10.4.1. Estabelecer dotação orçamentária para as UC's municipais;

10.4.2. Encaminhar os recursos da compensação ambiental mediante plano de trabalho para as UC's municipais;

10.4.3. Investir em governação, segurança e infraestrutura geral para a efetiva implementação das unidades;

10.4.4. Investir em educação ambiental com população do entorno, no sentido de dar um sentimento de pertencimento em relação aquele espaço protegido;

10.4.5. Instituir oficialmente o sistema municipal de áreas protegidas, devendo construir uma série de diretrizes e definições para a consolidação das áreas;

10.4.6. Reestruturar a Secretaria com a realização de novo concurso público para o provimento de cargos;

10.4.7. Criar a Diretoria de Áreas Protegidas considerando a necessidade de maior autonomia a agenda de conservação;

10.4.8. Destinar os recursos de compensação ambiental para as unidades de conservação municipais;

10.4.9. Publicar no Portal da SEMMAS todas as compensações ambientais celebradas, bem como a destinação dos recursos;

10.4.10. Investir na governança das unidades de conservação buscando a Estruturação;

10.4.11. Estabelecer Conselho Consultivo para as áreas de Proteção Ambiental;

10.4.12. Investimento em capacitação técnica direcionadas às atividades técnicas executadas no IPAAM;

10.4.13. Implementar instrumentos capazes de identificar e mensurar os benefícios, tendo como meta uma avaliação finalística do processo de licenciamento ambiental;

10.4.14. Investir na aquisição e utilização de novas tecnologias em geoprocessamento, softwares, GPS's, uso de drones e imagens de alta resolução para subsidiar o planejamento estratégico de ações de fiscalização e embasar as ações realizadas;

10.4.15. Adoção de transparência na descrição dos objetos a serem contemplados com o TACA;



ACÓRDÃO Nº1958/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4.16. Encaminhar junto a Prestação de Contas Relatório dos TACAS firmados.

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de setembro de 2023.

13- Especificação do quórum : Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral